

Quem tem medo do desemprego no Brasil?

*Liana Carleial**

A recente divulgação do patamar de desemprego aberto, no mês de maio, nas principais regiões metropolitanas brasileiras prendeu a atenção da sociedade brasileira por alguns minutos, porém sem maiores desdobramentos... Consideramos que os problemas de mercado de trabalho no Brasil, entre eles o desemprego, raramente estiveram no centro das efetivas atenções governamentais, e a sociedade brasileira não tem tido sucesso em redirecionar tal atenção nos poucos momentos em que se manifesta. Escamoteado sob o véu do crescimento econômico, protegido pelas atividades informais e substituído em importância pelo "problema da qualidade do emprego", o desemprego aberto, o trabalho precário e a proliferação da auto-ocupação emergem esporadicamente no seio das campanhas eleitorais como futura bandeira, que é deixada ao largo diante da urgência de "outras questões".

O agravamento sobretudo do desemprego, na década de 90, reflete muito bem a exacerbação do argumento anterior. Desde os anos 80, a crise urbana industrial brasileira indicava, passo a passo, as dificuldades do nosso mercado de trabalho. A sucessão de planos de estabilização na década passada tinha como objetivo único o controle da inflação. O Plano Real, nos anos 90, está centrado na política de abertura comercial e num programa de estabilização com âncora cambial e compromissou todas as variáveis macroeconômicas relevantes. Desse modo, tanto a política monetária como a fiscal estão voltadas para a manutenção das taxas de câmbio, para a estabilidade do real e para o estoque de divisas. Ademais, estamos assistindo a esse ajuste na mais completa ausência de políticas setoriais que sinalizem o caminho futuro da economia brasileira.

O Governo brasileiro está alheio às evidências de que os países desenvolvidos, lado a lado ao chamado ajuste estrutural, promoveram e promovem políticas

* Professora Titular do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), desenvolvendo pesquisa em nível de pós-doutorado na Université Paris XIII.

que favorecem o crescimento econômico, integram suas políticas industriais e tecnológicas com vistas a multiplicar suas capacidades inovativas e, assim, enfrentar o desafio competitivo, mas também promovem, sobretudo depois dos anos 70, um grande conjunto de políticas de emprego, buscando relativizar os efeitos das políticas macroeconômicas, minimizar os efeitos das reestruturações e atuar sobre características específicas da força de trabalho.

Este artigo defende o argumento de que a crescente fragilidade do mercado de trabalho decorre da ausência de um programa de desenvolvimento que confira maior dinamismo à economia brasileira e amplie a capacidade de geração de postos de trabalho, revertendo a tendência já fortemente instalada, de exclusão crescente no mercado de trabalho. O artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira, apresentamos o desemprego como um problema estrutural das economias e o específico significado da taxa de desemprego aberto no Brasil. Na segunda seção, discutimos as tendências recentes do mercado de trabalho, com ênfase na Região Metropolitana de São Paulo. Na terceira, exemplificamos, com os resultados já visíveis na indústria brasileira, os efeitos da ausência de políticas setoriais que configurem uma proposta de desenvolvimento. Na quarta seção, sugerimos uma proposição de desenvolvimento, na qual os procedimentos inovativos são centrais e compatíveis com a consolidação dos mercados de trabalho.

1 - O desemprego como questão estrutural

A discussão do desemprego nas economias capitalistas é muito antiga, e, de fato, as explicações propostas pelos economistas clássicos há mais de 200 anos continuam sendo válidas. A primeira delas, formulada por Smith, é que, se a economia cresce, há uma tendência de ampliação dos postos de trabalho. Essa é a razão pela qual o autor está sempre se referindo de modo diferenciado sobre as economias em crescimento. Alguns anos mais tarde, David Ricardo tende a concordar com isso, mas, posteriormente, vai reconhecer que essa relação não é tão direta como supunha Smith, em razão das inovações tecnológicas que pouparão trabalhadores. Na realidade, a problemática da inovação tecnológica-competitividade-inserção internacional é incorporada por Ricardo em 1817. Assim, os ganhos de produtividade decorrentes das inovações tecnológicas reduziram a participação dos trabalhadores no Produto, e estes poderiam ficar sem emprego. Essa tendência seria contrabalançada se a produção crescesse mais rapidamente do que a produtividade, hipótese pouco viável na própria opinião de Ricardo.

Para Marx, porém, a acumulação capitalista levaria permanentemente à produção de uma população sobrando em relação às necessidades do capital, pois a tendência de incorporação do progresso técnico assumiria proporções muito importantes, além de ter um caráter de autonomia no âmbito dos capitalistas, uma vez que do progresso técnico dependeria a sobrevivência de cada um em particular e da classe como um todo.

A experiência deste século vai evidenciar que o desemprego sempre esteve presente nas economias, mas com significativas diferenças de patamar, refletindo a ação da política econômica. Nesse caso, deve-se a Keynes a interpretação dessa possibilidade e à correlação de forças políticas em cada país, a resultante em cada momento no tempo. Consideramos que o Estado-Providência se constitui na mais sólida forma de solidariedade entre emprego e desemprego, e, mesmo após as investidas neoliberais, as sociedades desenvolvidas, notadamente as européias, continuam visceralmente compromissadas com essa conquista.

Souza (1998, p.34-36), trabalhando as informações Eurostat, evidencia que, nos países da Comunidade Européia, no período 1960-94, as despesas correntes de proteção social como percentagem do PIB aumentaram substancialmente.¹ Exemplificando para os casos da França, Itália, Reino Unido, Alemanha, Portugal e Espanha, essas participações passaram de 1960 a 1994, respectivamente, de 13,4% para 30,5%; de 16,8% para 25,3%; de 13,9% para 28,1%; de 20,5% para 27,7%; de 12,8% para 19,5%; e de 18,1% para 23,6%.

Considerando-se o período 1980-94, quando os ajustes devidos à globalização, à revolução tecnológica e ao acirramento da concorrência foram mais intensos, essas despesas *per capita*, a preços constantes de 1985 e medidas na unidade monetária européia (ECU) passaram de 2.413,1 para 3.539,3 ECUs, ou seja, cresceram 46,7%. Estão acima dessa média: Reino Unido (68,2%), Itália (78,7%), Espanha (79,0%), Dinamarca (50,6%), Irlanda (55,3%), Luxemburgo (71,1%), Grécia (71,4%) e Portugal (127,8%).

Nos países desenvolvidos que construíram uma sociedade salarial, um Estado efetivamente público e que possui canais de participação política mais livres, o comportamento da taxa de desemprego tem um forte conteúdo político e é permanentemente alvo de disputas. Tinha razão Patinkin quando indagou: qual é a taxa de desemprego politicamente aceitável?

¹ Os países considerados são: Alemanha não reunificada, França, Itália, Reino Unido, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Holanda e Portugal. Para Portugal e Espanha, as informações disponíveis, nos dois exemplos, são apenas de 1980-94.

1.1 - E o significado da taxa de desemprego no Brasil?

A especificidade do capitalismo no País, retratado na marca estrutural de aproximadamente metade da força de trabalho nas atividades informais, no desemprego oculto ou no subemprego propiciaram um certa “conciliação” com os sinais de mercado de trabalho. Não provocava grande repercussão o engenheiro que virou suco ou motorista de táxi nos anos 80, ou os migrantes de classe média que saíram do País para ganhar a vida nos Estados Unidos naquela década. Tampouco causava espécie essa mistura entre o trabalhador autônomo que vendia botão ou chocolate num sinal de trânsito e que, diante da negativa de algum motorista, se transformava em mendigo, pedindo algum trocado. Isso acontecia, nos anos 80, no Nordeste, depois em São Paulo e, finalmente, em Curitiba, região metropolitana aonde os pobres apareciam muito pouco...

Eram fatos considerados “normais” no mercado de trabalho brasileiro. Para alguns leitores, tais observações soarão como pouco científicas... Entretanto são extremamente esclarecedoras para a compreensão de uma certa “conciliação” que paira sobre os sinais emitidos pelo mercado de trabalho no Brasil.

Há quatro elementos que atualmente podem retratar bem essa “conciliação”: o primeiro deles é a insistência, a partir da última década, de que **o País não tem problema de desemprego** por ter baixas taxas de desemprego aberto; o segundo que as recorrentes recessões levariam simplesmente **a uma compensação intersetorial do emprego** e que, no limite, a “flexibilidade alocativa” permitiria que o informal absorvesse os expelidos pelas crises e, mais ainda, os novos entrantes; o terceiro que **o País não tem problema de desemprego, mas, sim, de qualidade de emprego**; o quarto é a proposição de que **o desemprego no Brasil pode ser um problema estatístico**.

Em primeiro lugar, o que seria uma baixa taxa de desemprego para o Brasil? Argumentamos que a taxa de desemprego aberto no Brasil sempre foi incapaz de revelar a gravidade dos problemas do mercado de trabalho. Nisso não há nada de novo. Como sabemos, o capitalismo precisou de muito tempo para separar casa e trabalho. Para “convencer” e adequar o trabalhador aos processos de trabalho e fixá-lo próximo aos locais de trabalho, os capitalistas, por muito tempo, construíram vilas operárias, escolas, forneceram serviços médicos, etc. Após a constituição do Estado Social, é a sociedade como um todo (capitalistas e trabalhadores) que assume a reprodução da classe trabalhadora.

No caso brasileiro, não é exagero afirmar que não temos nem uma coisa nem outra. Aqui a reprodução dos trabalhadores e, portanto, a socialização desse custo são restritas a nível de cada família. Considerando-se ainda a precária

estrutura de seguridade social que temos hoje, na qual o seguro-desemprego é recente, restrito em duração e dirigido aos trabalhadores com registro em carteira, o desemprego, ironicamente, pode ser considerado um luxo. É exatamente por esse motivo que, mesmo se tivéssemos um percentual baixo da força de trabalho em desemprego aberto, isso nos indica a gravidade da exclusão a que estão submetidos. Por exemplo, em 1991, a PME-IBGE, para as seis regiões metropolitanas pesquisadas, aponta a menor taxa de desemprego aberto desta década: 4,8% da força de trabalho. A magnitude populacional correspondente é de aproximadamente 767 mil pessoas. Esta é uma baixa ou uma alta taxa de desemprego? Mas, para qualificar melhor as condições do nosso mercado de trabalho, é necessário incorporar o trabalho precário, compreender melhor a auto-ocupação, os trabalhadores de baixa renda, etc.

O argumento da compensação intersetorial do emprego, num primeiro momento, apresenta-se como a possibilidade de a migração dos demitidos da indústria se alojarem nos serviços e comércio, ou, ainda, de os bancários demitidos à época do Plano Cruzado, por exemplo, serem reempregados noutro setor de atividade econômica. A limitação dessa possibilidade está contida em vários estudos sobre as conseqüências da divisão do trabalho, e uma referência a Marx não seria excessiva. No entanto, numa versão mais contemporânea, os vários programas de reconversão profissional ilustram bem esse limite. O mais grave ainda é creditar ao informal uma elasticidade infinita, negando e/ou escamoteando o caráter também subordinado ao ritmo da acumulação presente nesse conjunto de atividades. Além disso, em alguns casos, ter uma ocupação informal pode estar associado a níveis muito baixos de rendimento, a precárias condições de trabalho e a nenhuma cobertura social. Isto, então, pode reduzir e/ou minimizar os problemas de emprego do País?

Em terceiro lugar, o entendimento de que o problema no Brasil é a qualidade do emprego e não o desemprego. Essa proposição ganhou vários adeptos, que trabalharam seriamente esse aspecto, mas, a nosso ver, os resultados em nenhum momento a qualificam como a questão central do mercado de trabalho. Inicialmente, o que é a qualidade do emprego? Será possível discutir qualidade do emprego separadamente da capacidade de geração de postos de trabalho? Vejamos alguns exemplos. Amadeo (1996) assume a renda como um indicador de qualidade do emprego, para comparar as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo; Najberg e Vieira (1997) argumentam, por sua vez, que educação, duração do vínculo e remuneração podem indicar a qualidade do emprego.

Tais indicativos de qualidade de emprego foram exaustivamente tratados por sociólogos e economistas, durante os anos 70 e 80, sob a denominação de

condições de vida dos trabalhadores (CARLEIAL, 1986, por exemplo). Kleinknecht (1998) informa que recentes trabalhos microeconômicos sugerem que inovadores de produtos criam mais trabalho e trabalhos de melhor qualidade. Cada um a seu tempo está utilizando um indicador estrutural da economia para “enquadrar” qualidade. De nenhum desses trabalhos pode-se derivar que os postos de trabalho gerados a cada momento no tempo são (ou não) suficientes para a devida incorporação da força de trabalho em idade ativa e de acordo com o seu padrão de qualificação. No entanto é disso que trata o desemprego. Ou seja, qual o padrão de exclusão que este ou aquele modelo de desenvolvimento (ou a ausência dele) está impondo a uma sociedade?

Finalmente, o desemprego no Brasil não parece ser um problema meramente estatístico. A origem desse argumento é a constatação de que o desemprego é mensurado, sistematicamente, em poucas regiões brasileiras, e isso pode viesar os resultados. Logo, a inclusão de outras regiões poderia vir a reduzir a taxa obtida. Mas quem pode garantir que a resultante não seria o inverso? Isto é, não parece realista admitir-se que uma das possibilidades de redução da taxa de desemprego seja, por exemplo, a inclusão de cidades que neste momento recebem os investimentos industriais em decorrência de sua transferência inter-regional (REIS, GIAMBIAGI, 1998). Um bom exemplo é o Estado do Ceará, que, de acordo com o SINE-CE (LÓGICA..., 1996), entre 1988 e 1996, mantinha uma taxa de desemprego aberto em torno de 10% de sua força de trabalho, mesmo com os investimentos têxteis e de calçados egressos do sul do País. Nesse caso, o fato é que, ao lado das novas indústrias, os ajustes fiscal e financeiro empreendidos pelo Governo local produziu uma queda significativa do emprego público. Se é para ficar no terreno das hipóteses, parece mais razoável admitir-se que, se, num espaço como o do Rio de Janeiro, com uma face urbana reveladora das diferentes formas de trabalho precário, fosse aplicada a metodologia da Fundação SEADE-SP e do DIEESE que afere essa incidência, o desemprego total naquela cidade seria bem mais preocupante que o patamar de desemprego aberto evidenciado pela PME-IBGE.

A observação, por exemplo, do patamar de desemprego total apontado pela Fundação SEADE-SP e pelo DIEESE para o Distrito Federal, Salvador e Recife, que beira ou ultrapassa 20% da força de trabalho neste momento, pode também nos fazer imaginar o que seria, por exemplo, essa taxa em Teresina.

Esses quatro conjuntos de argumentos acima referidos retratam, na nossa opinião, as dificuldades de um enfrentamento mais decisivo quanto ao desemprego no País e que redundam numa certa “conciliação”. Os reclamos da sociedade quanto a isso são esporádicos, cíclicos, rapidamente subordinados a outros interesses. Até mesmo na vida sindical, o desemprego não consegue agregar

uma luta consistente. No jogo político, consideramos ainda que o desemprego nunca foi um compromisso ou um objetivo concreto. A saída sempre tem sido escamotear o problema, reduzir sua relevância, incorporar respostas como as quatro apontadas acima ou empreender práticas assistencialistas numa permanente recusa de integrar questões econômicas e sociais. A campanha recente bravamente conduzida por Betinho, a princípio contra a fome e posteriormente contra o desemprego, é um bom e triste exemplo dessa trajetória.

Estamos enredados numa certa armadilha. O crescimento brasileiro não foi capaz de construir uma sociedade salarial e muito menos de generalizar a cidadania. Para uma sociedade com tais características, é muito mais lento o processo de consolidação e de consciência por cobrança de direitos econômicos e sociais. Por tal razão, a taxa de desemprego “politicamente” aceitável entre nós é muito variável. Ela é prisioneira da capacidade persuasiva do momento...

Por tudo isso, quando o País possuía altas taxas de crescimento econômico até os anos 80, esperava-se que tal fato fosse suficiente para criar os postos de trabalho necessários e que, portanto, propor política de emprego seria até mesmo um desperdício; quando o País passava por crises recessivas, havia sempre uma saída: o informal. Enfim, não houve espaço para incluir na agenda o desemprego. Incluir o desemprego significa, nesse caso, incorporar na agenda governamental a retomada mais intensa do crescimento econômico e a formulação de políticas setoriais que estejam também compromissadas com a geração de postos de trabalho e com a distribuição de renda, num contexto de integração competitiva da economia brasileira. Isso, pode ser chamado de um projeto de integração ativa da economia brasileira.

Nos anos 90, quando cresce de forma muito significativa o desemprego aberto e o informal, pergunta-se: o que há de novo?

2 - E o Brasil dos anos 90?

A década de 90, de uma certa maneira, marca um descompasso na condução das possibilidades futuras do País. Apesar de todas as dificuldades e limites do modelo de crescimento baseado na substituição de importações, a dinâmica do crescimento até os anos 80 foi comandada, de forma decisiva, pela ação do Estado e por seu esforço industrializante. A estrutura produtiva diversifica-se, com ênfase na grande empresa, quer estatal, quer privada, que urbaniza rapidamente o País e incita a migração rural-urbana. Até aquele momento, pode-se dizer que houve um esforço integrador da economia nacional, mesmo que os mercados de trabalhos inter-regionais se diferenciassem fortemente.

Nos anos 80, o agravamento da crise da dívida externa e do Estado produtor e empregador, os sucessivos pacotes para controlar a inflação e a redução da taxa de investimento (no período 1974-80, a taxa de investimento foi de 24% do PIB, e, a partir de 1980, ela estacionou em torno de 16%) explodem no mercado de trabalho, reduzindo o emprego formal e ampliando o número de trabalhadores autônomos e dos empregados sem carteira assinada, e o desemprego começa a ser visto como um problema. Associado a isso, há uma feminização dos mercados de trabalho, pois a taxa de atividade feminina passa de 33,6% em 1979 para 39,2% em 1990 (SABÓIA, 1996).

O que há de especial a partir da década de 90 no País pode se configurar nos movimentos de globalização e de reestruturação produtiva, num cenário de implantação de um projeto neoliberal com as seguintes características: controle da inflação, abertura comercial com o objetivo de ampliação da competitividade, privatização das grandes empresas governamentais, desregulamentação financeira e dos mercados de trabalho, controle dos gastos públicos, com a redução do papel do Estado. Esse Estado, até então norteador das fases anteriores, vai praticamente desaparecer da cena e configurar o setor privado como agente principal desse novo cenário. É assim que se privatizam as principais empresas públicas, se intensificam os procedimentos de externalização produtiva das grandes empresas, constituindo redes de subcontratação de pequenas e médias empresas, as quais, se, do ângulo produtivo, conseguem graduar e qualificar algumas delas nos mercados, do ângulo do mercado de trabalho, intensificam a precarização salarial e de benefícios sociais.² Observa-se, também, um movimento de realocização inter-regional de empresas, ainda pouco conhecido, que migram buscando mão-de-obra barata e ténue tecido sindical, aproveitando a briga fiscal entre os Estados na luta por atraírem investimentos.

Além disso, a utilização da âncora cambial que sobrevaloriza a moeda nacional tem permitido um forte movimento expansionista das importações, centrado em bens de capital e intermediários, cujos resultados já começam a aparecer: a ampliação do componente importado na produção nacional e, ainda, a racionalização dos processos produtivos, ambos com efeitos danosos sobre o emprego. De modo claro, a conjugação dos elementos acima referidos vão permitir um crescimento da produção industrial sem o crescimento do emprego, num cenário de grande polêmica quanto ao comportamento da produtividade industrial.

É importante, ainda, remarcar que o PIB brasileiro cresceu 12% entre 1989 e 1996, mantendo constante o PIB *per capita* no período (MATTOSO, 1997,

² Para uma análise detalhada, ver Carleial (1997).

p.5). Do ângulo do mercado de trabalho, no período 1990-96 10% dos empregos formais foram perdidos no País. O desemprego aberto ganha maior visibilidade, e a "flexibilidade alocativa" brasileira começa a se esvaír. Ou seja: pela primeira vez, na história recente do nosso mercado de trabalho crescem conjuntamente a informalidade e o desemprego.

2.1 - Os sinais recentes do mercado de trabalho

A análise recente do mercado de trabalho brasileiro é muito rica, e inúmeros autores têm desenvolvido estudos, sendo, portanto, as tendências gerais muito bem conhecidas. Vários trabalhos utilizando tanto a base de dados do IBGE para as seis Regiões Metropolitanas — São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro — como a da Fundação SEADE-SP e do DIEESE, que produz também para as mesmas regiões, salvo a do Rio de Janeiro, que é substituída, nesse caso, pelo Distrito Federal, apontam o rumo do mercado de trabalho brasileiro. Assim, trataremos brevemente desse aspecto.

Reis e Giambiagi (1998, p.68), trabalhando os dados das seis regiões metropolitanas do IBGE para o período 1991-97, indicam os seguintes resultados:

- a) o desemprego aberto vem crescendo bastante no conjunto das regiões metropolitanas brasileiras, atingindo a média de 5,7% da População Economicamente Ativa em 1997, e isso se reflete em todas as faixas etárias, em todos os níveis de escolaridade e no conjunto da população, homens e mulheres;
- b) porém o crescimento relativo maior ocorre entre as mulheres (que passa de 39% para 44% no período), bem como para a população que tem de nove a 11 anos de escolaridade (de 24% para 32% do total);
- c) os referidos autores não mencionam explicitamente, mas também é perceptível por essa fonte de dados, uma ampliação da participação entre os desempregados da faixa etária a partir dos 30 anos, com destaque para aquela entre 40 e 49 anos, que passa de 8,4% para 11,7% nesse período;
- d) entre os ocupados, amplia-se a participação dos trabalhadores sem carteira assinada e a dos autônomos, os quais acompanham a queda dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada;

- e) do ponto de vista setorial, cai continuamente a participação dos trabalhadores ocupados na indústria, e cresce cada vez mais lentamente a dos ocupados nos serviços e no comércio.

2.2 - O exemplo da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)

Um bom exemplo é o da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), pois está lá a estrutura produtiva mais completa e desenvolvida do País, estão lá também as principais transformações em curso na indústria brasileira e suas interligações com as demais atividades produtivas. Conseqüentemente, está lá também o mercado de trabalho mais estruturado que o capitalismo produziu no País. Adicionalmente, apesar de todos os sinais esboçados de desconcentração industrial, tal tendência se inverteu, e temos hoje uma reconcentração da atividade na RMSP. Desse modo, observar melhor a RMSP é fundamental para compreender qual é o rumo sinalizado para o mercado de trabalho no País.

A divulgação dos valores referentes ao desemprego no mês de maio mostra uma mudança de patamar do desemprego, reforçando uma tendência ascendente. À primeira vista, esse comportamento poderia revelar apenas o figurino da sazonalidade, pois o desemprego cresce no início do ano para reduzir-se posteriormente. No entanto, se considerarmos os últimos 10 anos, o agravamento das condições do mercado de trabalho fica bem mais evidente (Tabela 1).

Sem dúvida, a Tabela 1, ao neutralizar o efeito sazonal do mercado de trabalho, revela que se agrava significativamente a participação dos desempregados na força de trabalho na RMSP nos últimos 10 anos. Estamos mesmo diante de um estreitamento crescente das oportunidades no mercado de trabalho, retratado na ampliação do desemprego aberto. Adicionalmente, quando se observa o desemprego total, é também importante a ampliação do desemprego oculto, sobretudo no seu componente de trabalho precário. Esse componente tem uma capacidade explicativa importante para mercados de trabalho como os brasileiros e, neste momento, qualifica melhor a condição do mercado de trabalho: desemprega-se e ocupa-se muito precariamente, de forma crescente, no mercado de trabalho mais moderno do País.

Tabela 1

Taxas de desemprego, por tipo, na RMSP — 1988-98

PERÍODOS	TOTAL	ABERTO	OCULTO		
			Total	Precário	Desalento
Maio/88	10,4	7,8	2,6	1,8	0,8
Maio/89	10,1	7,6	2,5	1,8	0,8
Maio/90	11,6	8,4	3,2	1,9	1,3
Maio/91	13,3	9,2	4,1	3,2	0,9
Maio/92	16,1	10,2	5,9	4,5	1,3
Maio/93	15,9	9,8	6,1	4,9	1,2
Maio/94	15,4	9,9	5,5	4,3	1,2
Maio/95	13,4	9,2	4,2	3,3	0,9
Maio/96	16,1	10,8	5,3	4,1	1,2
Maio/97	16,0	10,7	5,3	3,9	1,3
Maio/98	18,9	12,4	6,5	4,7	1,8

FONTE: PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (1988/1998). São Paulo: SEADE/DIEESE.

NOTA: O desemprego aberto mede a participação na força de trabalho de pessoas em idade de trabalhar que efetivamente procuraram emprego nos últimos 30 dias e não trabalharam nos últimos sete dias; o desemprego oculto inclui o desemprego por trabalho precário e o por desalento. O primeiro mede a participação de pessoas em idade de trabalhar que tiveram um trabalho remunerado não regular ou de pessoas que tiveram um trabalho familiar não remunerado e que procuraram trabalho nos últimos 30 dias ou, se não o procuraram nesse período, o fizeram nos 12 meses anteriores; o segundo mede a participação de pessoas em idade de trabalhar que não têm um trabalho e não o procuraram nos últimos 30 dias por desencorajamento do mercado, mas o fizeram nos últimos 12 meses.

O que as novas ocupações sugerem

A natureza das ocupações criadas recentemente podem nos ajudar a esclarecer o que se passa no mercado de trabalho além da ampliação do desemprego. Nos períodos 1988-89 e 1995-96, foram criadas 803 mil novas ocupações na RMSP, para um acréscimo de 2,1 milhões de pessoas em idade ativa, e, desse conjunto, 90% podem ser caracterizadas como diferentes do

assalariamento padrão, isto é, assalariados sem carteira de trabalho assinada, subcontratados, autônomos e empregadores com até cinco empregados, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares e empregados domésticos (EVOLUÇÃO..., 1997, p.7).

Ainda de acordo com o mesmo documento (EVOLUÇÃO..., 1997, p.19),

“(...) entre 1989 e 1996, 63% das novas oportunidades de trabalho podem ser associadas a categorias que são incluídas no segmento informal, segundo a agregação de categorias ocupacionais indicada pela OIT, outras 13% podem ser creditadas ao processo de terceirização, principalmente a subcontratação de autônomos, para uma empresa, profissionais universitários autônomos e outros 14% eram assalariados sem carteira de trabalho assinada”.

A ampliação do desemprego total na RMS, associada ao caráter das novas ocupações, sinaliza o estreitamento das oportunidades do mercado de trabalho e a efetiva impossibilidade da constituição de uma sociedade salarial, a exemplo das economias desenvolvidas, sobretudo as européias (CARLEIAL, 1998).

O que os desempregados podem nos ensinar?

A Tabela 2 chama atenção para os atributos pessoais dos desempregados na Grande São Paulo. Em primeiro lugar, cresce muito lentamente a participação das mulheres entre os desempregados no período 1985-97 (de 48,8% em 1985 para 49,3% em 1997). Em segundo lugar, associado à queda da participação dos mais jovens, há um forte aumento dos da faixa de mais de 25 anos, isto é, aumenta a participação entre os desempregados de pessoas no auge da força produtiva (25 a 39 anos), bem como entre os mais experientes (acima de 40 anos)³. Em terceiro lugar, amplia-se também a participação dos mais escolarizados, desde os que possuem o 1º grau completo e o 2º grau incompleto até os de nível superior. Em quarto lugar, a análise do perfil dos desempregados, por sua última atividade, evidencia o ajuste da indústria, que ocorre entre os anos 1988-92, quando a participação entre os desempregados dos egressos da indústria é mais alta, e, após esse período, o comando dessa participação passa a ser do setor serviços.

³Corseuil *et al.* (1996) chegam a essas conclusões trabalhando dados da PME para o Brasil metropolitano e Rios Fuentes (1996); Montagner, Brandão (1996), para São Paulo, com dados da PED, SEADE-SP e DIEESE.

Aqui cabem alguns comentários. O ano de 1992 é importante para ressaltar o momento chave do ajuste, mas a indústria continua desempregando mesmo depois disso. A reestruturação do setor serviços acontece *a posteriori*. No entanto a faixa etária e o padrão educacional dos desempregados exigem uma melhor compreensão.

Esses sinais emitidos pelo mercado de trabalho na RMSP seguem numa direção completamente inversa à esperada, diante das exigências de informação, de experiência e de escolaridade compatíveis com os novos paradigmas tecnológicos.

A nosso ver, não se pode atribuir esse comportamento unicamente a uma relativa melhoria do padrão escolar da população (muito lentamente, aliás), mas, sim, a uma incapacidade da estrutura produtiva em oferecer postos de trabalho compatíveis com a evolução da força de trabalho. Esse fato chega a ser irônico num país no qual a escolaridade média é de quatro anos (OLIVEIRA, 1997).

Com certeza, o perfil dos desempregados fornece-nos o público-alvo da ação política e coloca-nos diante de uma questão incontornável: são urgentes a ampliação da estrutura produtiva e a conseqüente geração de postos de trabalho. O que a RMSP revela é uma população jovem, razoavelmente escolarizada e à margem do mercado de trabalho.

Tabela 2

Distribuição dos desempregados, segundo sexo, faixa etária, grau de instrução e setor de atividade do último trabalho, na RMSP — 1985-1997

DISCRIMINAÇÃO	1985	1988 (1)	1989	1990	1992 (%)
Sexo					
Homens	51,2	51,1	52,3	53,8	54,0
Mulheres	48,8	48,9	47,7	46,2	46,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Faixa etária					
10 a 14 anos	10,0	10,7	10,9	9,1	7,2
15 a 17 anos	17,6	18,6	18,2	16,5	15,6
18 a 24 anos	31,9	30,8	30,9	31,6	29,9
25 a 39 anos	29,4	29,8	29,6	31,0	32,6
Mais de 40 anos	11,0	10,1	10,3	11,8	14,7
Instrução					
Analfabetos	5,1	4,8	4,3	3,8	4,3
1º grau incompleto .	65,2	65,1	63,4	62,4	60,3
1º grau completo e 2º grau não com- pleto	17,6	18,9	20,6	20,1	20,4
2º grau completo e 3º grau não com- pleto	9,3	9,0	9,0	11,1	12,0
3º grau completo ...	2,9	2,1	2,8	2,6	3,1
Setor de atividade (3)					
Indústria	28,2	32,4	32,7	33,4	29,8
Comércio	13,9	14,2	14,5	15,8	14,5
Serviços	27,0	26,7	26,6	28,2	31,6
Outros	12,6	12,2	11,2	10,2	11,5
TOTAL	81,7	85,5	85,0	87,5	87,4

(continua)

Tabela 2

Distribuição dos desempregados, segundo sexo, faixa etária, grau de instrução e setor de atividade do último trabalho, na RMSP — 1985-1997

DISCRIMINAÇÃO	1993	1994	1995	1996	1997(2)
	(%)				
Sexo					
Homens	53,7	52,4	51,8	51,6	50,7
Mulheres	46,3	47,6	48,2	48,4	49,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Faixa etária					
10 a 14 anos	7,0	6,6	7,1	6,1	5,7
15 a 17 anos	16,8	16,9	16,1	15,9	16,0
18 a 24 anos	29,9	30,4	30,4	29,3	29,9
25 a 39 anos	32,5	32,3	31,2	32,2	32,2
Mais de 40 anos	13,9	13,8	15,1	16,4	16,2
Instrução					
Analfabetos	4,3	4,1	4,6	4,0	3,5
1º grau incompleto ..	58,2	54,3	52,8	52,2	50,4
1º grau completo e 2º grau não com- pleto	22,3	24,4	23,8	24,8	26,2
2º grau completo e 3º grau não com- pleto	12,1	14,0	15,2	15,2	15,7
3º grau completo ..	3,1	3,2	3,6	3,6	4,1
Setor de ativida- de (3)					
Indústria	28,6	26,7	25,3	24,2	23,2
Comércio	15,2	15,5	15,1	16,1	16,0
Serviços	31,2	32,4	33,6	34,7	35,2
Outros	11,7	11,1	11,2	12,6	11,7
TOTAL	86,8	85,6	85,2	87,6	86,2

FONTE: PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (1985, 1988/1990, 1992/1997). São Paulo: SEADE/DIEESE/SEP.

(1) De fevereiro a dezembro. (2) De janeiro a junho. (3) Corresponde somente aos que tinham experiência anterior de trabalho.

3 - A questão da indústria

A ausência de um projeto de desenvolvimento também pode ser ilustrada através do comportamento recente da indústria brasileira. Como vimos anteriormente, há uma grande perda de postos de trabalho na indústria, porém, até certo ponto esta é uma das tendências mundiais. No entanto o caso brasileiro tem suas peculiaridades. Como já apontamos anteriormente, somos um país que não construiu uma sociedade salarial. Do mesmo modo, não constituímos uma sociedade de massas. Somos 160 milhões de habitantes, mas quantos são os efetivos consumidores? Muitos ainda poderão ser incorporados nos mercados consumidores. Mesmo com uma elasticidade produto industrial-emprego menor, a indústria no Brasil ainda tem um grande papel a desempenhar. A indústria tem um papel estratégico por si só e por sua capacidade de interligação com os demais setores. Esse papel pode ser redimensionado tanto numa inserção ativa da economia brasileira na economia mundial como na consolidação dos nossos mercados internos.

Dois questões podem ser aqui referidas: os impactos da abertura sobre o tecido industrial e o papel das multinacionais.

Em primeiro lugar, o programa de abertura comercial tem atingido fortemente a indústria nacional e, na ausência de políticas redirecionadoras, multiplica os riscos de uma crescente fragilização. Moreira e Correa (1997) apresentam o comportamento dos coeficientes de importação para 39 setores industriais e constatam um aumento generalizado e substancial no período 1989-96. Do conjunto, destacam-se os setores máquinas, equipamentos e instalação, que, de um coeficiente de 12,8% em 1989, atingiram 43,2% no primeiro semestre de 1996, seguidos pelo de material, aparelhos eletrônicos e de comunicação, que alcançaram 38,3%, quando, em 1989, era de apenas 10,5%. É importante ainda apontar que todos os setores relacionados à produção de automóveis tiveram seus coeficientes de importação substancialmente elevados. Do ponto de vista da categoria de uso, o destaque é para os bens de capital, pois suas importações atingiram 39% no primeiro semestre de 1996. Segundo os autores (MOREIRA, CORREA, 1997, p.87), tais resultados revelam a eficácia da política, uma vez que a história da industrialização brasileira teria favorecido exageradamente a verticalização da produção, fugindo da lógica econômica, pois a reduzida escala acabava por penalizar os produtores de bens finais, com os elevados custos de componentes muitas vezes tecnologicamente defasados. Além disso, a proliferação de setores *vis-à-vis* à disponibilidade de recursos nacionais só se mantinha pela proteção governamental excessiva.

Erber e Cassiolato (1997, p.42-43) argumentam, porém, que o pífio desempenho das exportações desacredita a própria abertura, e o alheamento quanto à importância dos setores produtores de bens de capital no País, já corroídos pela importação, dificulta, cada vez mais, uma transformação da estrutura produtiva na direção de introduzir os setores mais dinâmicos do ponto de vista de aumentos sistêmicos de produtividade e de fluxos de comércio e de investimentos internacionais.

Em segundo lugar, o papel das multinacionais exige que cada país tenha uma política clara e definida a seguir. Senão vejamos. O papel das multinacionais tem se alterado sobremaneira, e suas estratégias mundiais têm atingido tanto os países desenvolvidos como os subdesenvolvidos. O importante a considerar é que se concentra cada vez mais a geração de tecnologias nos países onde se situam as sedes das grandes empresas, mesmo diante de sua expansão internacional. Kagami, Humphrey e Piore (1998, p.244) sustentam que as multinacionais transferem cada vez menos tecnologia e qualificação para suas filiais em países subdesenvolvidos e compram cada vez menos desses países. Nesses países, os processos de abertura comercial têm também fragilizado sua indústria doméstica pela ampliação do componente importado, penalizando fortemente as pequenas e médias empresas. Tudo isso tem ampliado a dependência dos países subdesenvolvidos no que diz respeito a design, tecnologia, financiamento e administração.

Isso pode muito bem ser ilustrado com o caso da indústria automobilística, a qual apresenta uma tendência de estreitar suas fontes de compras de componentes por razões de custo e qualidade, enquanto os produtores dos países desenvolvidos têm ampliado as suas ofertas de produtos em nível mundial. Como consequência, a indústria de componentes nos países subdesenvolvidos tem sido empurrada para fora do mercado. Concluem os autores que o futuro disso vai depender da capacidade que cada país tenha para encontrar nichos num mercado globalizado.

Desse modo é que se pode argumentar que o Brasil, de fato, está de costas para um conjunto de evidências que apontam a premência de se ter um projeto bem definido para o País.

Finalmente, a ausência de uma política científica e tecnológica atrelada a uma política industrial bem definida tem acarretado sérios danos. Erber e Cassiolato (1997) afirmam que o Governo brasileiro, ao privatizar as empresas estatais que cumpriam um papel de organizador dos programas de desenvolvimento tecnológico brasileiro, acabou transferindo para a iniciativa privada esse papel, e não se sabe em que isso redundará. Além disso, os países desenvolvidos possuem, sem exceção, políticas industriais e tecnológicas

bem delineadas e têm centralizado seus esforços em potencializar os ganhos oriundos dos processos inovativos, contrabalançando, assim (ERBER, CASSIOLATO, 1997, p.44), o grau elevado de abertura ao Exterior, mobilizando uma série de instrumentos, visando melhorar a competitividade de suas empresas tanto no que se refere às exportações quanto aos mercados internos, cada vez mais abertos à concorrência externa. Assim, os autores concluem que as políticas tecnológicas e comerciais dos países da OCDE se tornaram cada vez mais integradas. Lamentavelmente, esse não tem sido o entendimento do Governo.

Do mesmo modo, a ação da política industrial pode agregar um objetivo de geração de postos de trabalho, sem sacrificar os objetivos de integração competitiva da economia brasileira. Najberg e Vieira (1997) apontam, a partir de uma análise de insumo-produto, que há setores na economia brasileira com capacidade diferenciada de geração de postos de trabalho. As autoras indicam que a maior demanda por emprego é obtida com aumentos na produção de artigos de vestuário, seguida pela da agropecuária, madeira e mobiliário e abate de animais. Elaborando ainda uma análise dos setores-chave da economia, identificam aqueles que mais se destacam por gerarem, ao mesmo tempo, emprego e expansão na produção agregada, quais sejam: agroindústria, fabricação de calçados, artigos de vestuário, e madeira e mobiliário. É importante, ainda, ressaltar que tais setores não se encontram entre as atividades que mais demandam insumos importados. É bom notar, porém, que esses setores podem crescer com a ampliação dos mercados consumidores, ou seja, com melhorias na distribuição de renda no País.

4 - Mercados de trabalho e comportamento inovativo

Como foi argumentado anteriormente, o Governo brasileiro sedimentou um discurso de inserção competitiva da economia brasileira na economia mundial. Entretanto há um total alheamento quanto à adoção de um modelo de desenvolvimento a seguir. Ou seja, o Governo brasileiro optou por lançar mão do instrumental de política econômica disponível para promover a abertura comercial sem ao mesmo tempo adotar qualquer encaminhamento para as necessidades do desenvolvimento brasileiro. Na prática, isso, corresponde a adotar a estratégia da inserção passiva da economia brasileira centrada na mão-de-obra barata, a qual tem duas facetas: a interna, mediante a migração de capitais já instalados no País das regiões mais ricas para as mais pobres, como calçados e têxteis

do Sudeste para o Nordeste; e a externa, através da instalação, por exemplo, de indústrias automobilísticas multinacionais.

Essa é uma escolha que desconhece — ou não leva em consideração — as tendências contemporâneas vividas pelas economias desenvolvidas, de centralidade dos procedimentos inovativos alicerçados em políticas consistentes que integram a ação sobre a produção industrial e seus sistemas de ciência e tecnologia. Conseqüentemente, o Governo brasileiro também não leva em conta os ajustes desse processo sobre os países em desenvolvimento e que já são visíveis, como apontamos na seção anterior.

A interpretação dos neo-schumpeterianos fornece uma sólida base para a compreensão desse estágio de desenvolvimento. O entendimento da firma como núcleo de competências (Dosi et al., 1990, dentre outros) evidencia a relevância dos processos de aprendizado para conferir singularidade a cada firma. Isto porque cada uma delas tem sua própria história, sua maneira de receber, elaborar, complementar e transformar as informações e conhecimentos adquiridos, retratando-os em rotinas específicas e tácitas, as quais explicam as crescentes assimetrias entre firmas, indústrias, regiões e países. Logo, explicam as vantagens competitivas de cada firma em relação a seus concorrentes. Essas competências, porém, são diferenciadas, podendo ser econômicas, tecnológicas, técnicas, organizacionais ou até mesmo de marketing e/ou distribuição.

O aprendizado assume então uma posição-chave para explicar por que uma firma se diferencia de outra. Dosi et al. (1990) explicam que o aprendizado é um processo que permite que cada tarefa seja efetuada melhor e mais rapidamente e, ainda, que novas possibilidades produtivas sejam identificadas. Assim, cada firma pode, permanentemente, engendrar novas possibilidades produtivas, técnicas, tecnológicas e organizacionais ao alterar as suas rotinas. A firma, nessa interpretação, aprende fazendo, imitando, repetindo, criando e interagindo com outras firmas, fornecedores, subcontratados ou concorrentes; aprende, ainda, com instituições de pesquisa, universidades, enfim a firma aprende, cada vez mais, com informações que vêm de fora dela.

Tudo isso tem uma significativa implicação sobre os mercados de trabalho sob o capital. Em primeiro lugar, se cada firma, cada região e cada país se diferenciam em função das características acima apontadas, sobretudo das suas possibilidades de aprender, a trajetória de cada uma dessas instâncias depende, fundamentalmente, dos conhecimentos que são acumulados, do conhecimento de seus trabalhadores, da sua capacidade de trabalho e da produção dos seus pesquisadores e cientistas e, ainda mais, da capacidade que as políticas institucionais demonstram em incentivar, financiar, potencializar, multiplicar e frutificar esses conhecimentos específicos e tácitos a cada grupo social. Em segundo

lugar, nessa interpretação o argumento da necessidade de compromisso do trabalhador com cada firma vai no mesmo sentido do compromisso e do interesse da firma com os seus trabalhadores, quebrando o círculo pernicioso apontado por Bourdier (1998), no qual:

“(...) le discours d'entreprise n'a jamais autant parlé de confiance, de coopération, de loyauté et de culture d'entreprise qu'à une époque où l'on obtient l'adhésion de chaque instant en faisant disparaître toutes les garanties temporelles”.

“O discurso da empresa nunca falou tanto de confiança, de cooperação, de lealdade e de cultura da empresa quanto nessa época em que a adesão é obtida a cada momento, fazendo desaparecer todas as garantias temporais.” (BOURDIER, 1998).

A eficácia do aprendizado depende de um certo compromisso entre firma e trabalhador, pois a capacidade armazenada em cada um no que se refere a conhecimentos, informações, estória da empresa, memória de solução de conflitos e problemas no estabelecimento das diferentes rotinas pressupõe uma relação de troca importante.

Isso possibilita que se estabeleça um círculo de exigência-confiança-compromisso entre trabalhadores e empregadores em cada processo de trabalho, substituindo aquele de compromisso dos trabalhadores aos objetivos da firma *vis-à-vis* ao descompromisso das firmas referido por Bourdier. Nesse contexto, as proposições de flexibilização dos mercados perdem força.

A esse respeito e também guiado pela interpretação neo-schumpeteriana, Kleinknecht (1998) argumenta que a discussão de flexibilização dos mercados de trabalho, de redução dos vínculos trabalhistas, é, a longo prazo, o grande erro em que uma economia pode decidir incorrer no curto prazo, pois reduzirá o interesse dos empresários em treinar trabalhadores que brevemente poderiam estar auxiliando na constituição de rotinas semelhantes em outras empresas, utilizando-se do aprendizado obtido na empresa anterior. O resultado de um mercado flexível seria então extremamente comprometedor quanto aos objetivos de incentivar as práticas inovativas e estaria fornecendo sinais trocados para as empresas e favorecendo exatamente àquelas firmas atrasadas e descompromissadas com a inovação. De fato, o que se precisa incentivar é o compromisso do trabalhador com o interesse da firma e o da firma com o conhecimento e a informação acumulados por cada trabalhador.

Desse modo, a interpretação neo-schumpeteriana chama a atenção para a relevância e o caráter imprescindível das políticas governamentais, quer

macroeconômicas, quer setoriais, para um melhor posicionamento de cada país neste momento de absoluta centralidade dos procedimentos inovativos. Coriât e Weinstein (1996) apontam a ausência do elemento conflito na interpretação neo-schumpeteriana, mas, mesmo assim, ela nos permite também avançar na possibilidade de comprometer as firmas com a consolidação dos mercados de trabalho.

5 - Considerações finais

Este artigo desenvolveu o argumento de que a crescente fragilidade do mercado de trabalho brasileiro decorre da ausência de um projeto de desenvolvimento que incorpore nos seus objetivos a urgente necessidade de ampliação da estrutura produtiva com a conseqüente geração de postos de trabalho. A recente ampliação das taxas de desemprego aberto pode ser interpretada como a mais eloqüente evidência de que o País segue na direção contrária às necessidades de suas populações.

É importante remarcar que as questões atinentes ao mercado de trabalho raramente despertaram um interesse consistente, quer de políticos, quer de governos, e até mesmo da sociedade em geral. A razão para isso pode ser atribuída à especificidade do crescimento brasileiro nos últimos 40 anos, que não engendrou uma frágil sociedade salarial e não concluiu a tarefa de constituir um Estado efetivamente "público".

Neste artigo, o exemplo da RMSP é fundamental para bem indicar a gravidade do momento. Como é sabido, a RMSP é a sede do desenvolvimento industrial brasileiro e é exatamente aonde o mercado de trabalho assumiu mais fortemente sua feição moderna.

Nesta década, ampliam-se todas as formas de exclusão: cresce o desemprego aberto e amplia-se o desemprego oculto por trabalho precário e por desalento. De forma impressionante, deterioram-se as novas ocupações. A análise dos desempregados revela ainda que se amplia entre eles os que estão no auge da força produtiva e os mais escolarizados. Desse modo, ao lado da precarização das novas ocupações, temos um crescente estreitamento das possibilidades ocupacionais para essas populações.

A análise dos primeiros resultados sobre as mudanças que ocorrem na indústria de transformação brasileira, sob a égide da abertura comercial, indica também uma fragilização do tecido industrial, com impactos ainda não totalmente definidos. Por outro lado, no jogo com as multinacionais, as evidências mostram uma penalização para os países que não conseguem produzir conhecimento,

endogeneizar os procedimentos inovativos e definir nichos de participação na produção mundial.

Por todas essas razões, fica cada vez mais evidente que o Governo brasileiro, até este momento, tem perseguido uma posição que segue na direção inversa à da maioria dos países que buscam uma integração competitiva que respeite minimamente os interesses de cada sociedade. Nesse sentido, são inúmeras as evidências de que esses países promovem políticas que permitam o crescimento econômico, que definem políticas setoriais integradas, notadamente industriais e tecnológicas, que priorizam os procedimentos inovativos e que não abrem mão de ampliar o leque de políticas de emprego (HOLCBLAT, 1997).

No nosso caso em particular, precisamos de um projeto específico de desenvolvimento que permita a retomada mais intensa do crescimento econômico e que induza a ampliação da estrutura produtiva e a geração de postos de trabalho compatíveis com o padrão da força de trabalho. Para isto, é preciso que tenhamos também políticas setoriais definidas e integradas, que possibilitem o aproveitamento do nosso sistema de ciência e tecnologia, sua interligação com a indústria e seu permanente aperfeiçoamento. Essa abordagem, como vimos, pode ter impactos positivos também sobre a consolidação dos mercados de trabalho.

No entanto, do ponto de vista estrito do mercado de trabalho, precisamos fazer muito mais. A adoção desse específico modelo de desenvolvimento vai abrir novas possibilidades a médio e longo prazos, porém amplia-se a urgência de políticas públicas que promovam **já** uma mínima equalização das condições de vida das populações no País.

Bibliografia

- AMADEO, E.; PERO, V.; MEYER, J.(1996). Uma análise da qualidade da ocupação nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1990. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro : IPEA, v.26, n.1, p.133-154, abr.
- BOURDIER, P.(1998). L'essence du néolibéralisme. **Le Monde Diplomatique**, Paris, p.3, mars.
- CARLEIAL, L . (1998). Mercados de trabalho na década de noventa: a (des)igualdade norte-sul. Coimbra/Universidade de Coimbra. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 5., Coimbra. **Anais...**Coimbra/Universidade de Coimbra. (Sessão Paralela 1). p.1-20.

- CARLEIAL, L. (1986). **Acumulação capitalista, emprego e crise**. São Paulo : USP/FIPE. (Ensaio econômico, 156).
- CARLEIAL, L. (1997). Reestruturação industrial, relação entre firmas e mercado de trabalho: as evidências na indústria eletro-eletrônica na Região Metropolitana de Curitiba. In: CARLEIAL, L., VALLE, R., orgs. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo : HUCITEC. p.296-333.
- CORLAT, B., WEINSTEIN, O. (1995). **Les nouvelles théories de l'entreprise**. Paris : Librairie Générale Française. (Le livre de poche, 519).
- CORSEUIL, C.H. et al. (1996). Determinantes da estrutura do desemprego no Brasil: 1986-95. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPEC, 24., Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia : ANPEC. p.462-477.
- DOSI, G.; TEECE, D., WINTER, S. (1990). Les frontières des entreprises: vers une théorie de la cohérence de la grande entreprise. **Revue D'Economie Industrielle**, n. 51, p.238-254, 1º. trimestr.
- ERBER, F., CASSIOLATO, J.E. (1997). Política Industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE. **Revista de Economia Política**, São Paulo : Ed. 34, v.17, n. 2, p. 32-60, abr.-jun.
- EVOLUÇÃO das inserções ocupacionais na Região Metropolitana de São Paulo, 1988/96 (1997). Brasília : IPEA/SEADE. (Seminário Internacional: Setor Informal Revisitado: novas evidências e perspectivas de políticas públicas, julho).
- HOLCBLAT, N. (1997). La politique de l'emploi en perspective. In: DARES. **La politique de l'emploi**. Paris : La Decouverte. p.4-27.
- KAGAMI, M.; HUMPHREY, J.; PIORE, M, eds. (1998). **Learning, liberalizations and economic adjustment**. Sussex : Institute of Development Studies.
- KLEINKNECHT, A. (1998). Is labour market flexibility harmful to innovation? **Cambridge Journal of Economics**, n.22, p.387-396.
- LÓGICA e dinâmica do mercado de trabalho no Ceará (1996). Fortaleza : SINE/CE. 47p.
- MATTOSO, J. (1997). **Problèmes de l'emploi au Brésil**. Paris. (mimeo)
- MONTAGNER, P., BRANDÃO, S.M.C. (1996). Desemprego: novos aspectos de um velho problema **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo : SEADE, v.10, n.1, p.36-45, jan./mar.

- MOREIRA, MAURÍCIO M., CORREA, P.G.(1997). Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. **Revista de Economia Política**, São Paulo : Ed. 34, v.17, n..2, p.61-91,abr.-jun.
- NAJBERG, S., VIEIRA, S.P.(1997). Demanda setorial por trabalho: uma aplicação do modelo de geração de emprego. **Pesquisa Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro : IPEA, v.27, n.1, p.113-140, abr.
- OLIVEIRA, D.(1997). Tendências recentes do emprego no cenário da globalização. In: FÓRUM BANCO DO NORDESTE DE DESENVOLVIMENTO, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza : BNB. p.30-35.
- REIS, C, GIAMBIAGI, F.(1998). Crescimento econômico e emprego no Brasil: o que podemos esperar. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro : FGV, p.67-72, maio.
- RIOS FUENTES, M.R.(1997). **Setor informal e reestruturação produtiva**. Curitiba : UFPR. (Dissertação de Mestrado, mimeo.).
- SABÓIA, J. (1996). **Mercado de trabalho no Brasil**: evolução e tendências recentes. Rio de Janeiro, mimeo.
- SOUZA, F.P.(1998). **L'économie et le social**: un rapport conflictuel dans la crise. Paris, mimeo. 61p.